



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

A SECRETARIA-EXECUTIVA DO COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (CONATRAP), SOB A SUPERVISÃO DA COMISSÃO ELEITORAL DO CONATRAP, torna público o resultado preliminar da etapa de habilitação das inscrições das Organizações da Sociedade Civil para compor o colegiado, conforme item 2.1, inciso III, do Edital nº 1, de 08 de julho de 2025, do DOU de 11 de julho de 2025.

1. Das organizações inscritas como CANDIDATAS:

1.1. Foram **habilitadas 10 (dez) CANDIDATAS**, listadas na tabela a seguir:

CANDIDATAS HABILITADAS	
#	Razão Social
1	Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA)
2	Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (ASBRAD)
3	Aliança Nacional LGBTI+
4	Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro
5	Cáritas Foz do Iguaçu
6	Círculos de Hospitalidade
7	Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI)
8	Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF)
9	Instituto Social Ágatha em Defesa da Mulher
10	Projeto Resgate



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

- 1.2. Foram **inabilitadas 05 (cinco) CANDIDATAS**. Conforme o item 3.2, inciso III, do Edital, as CANDIDATAS inabilitadas poderiam ser admitidas como ELEITORAS, desde que atendessem aos requisitos previstos. Nesse caso, 04 (quatro) foram também inabilitadas para a condição de ELEITORAS e 01 (uma) foi habilitada como tal.
- 1.3. A tabela abaixo apresenta a fundamentação do indeferimento das inscrições como CANDIDATA e a análise quanto à possibilidade de participação como ELEITORAS:

CANDIDATAS INABILITADAS		
Razão Social	Fundamentação do indeferimento da inscrição	Possui os requisitos de ELEITORA?
Associação Dignitate	<p>Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como CANDIDATA, a organização não atendeu ao item 3.1, inciso II, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none">Item 3.1 - inciso II: De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (08/05/2023), a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos.	<p>Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como ELEITORA (no caso de CANDIDATA inabilitada), a organização não atendeu ao item 3.2, incisos I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none">Item 3.2 - inciso I: De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (08/05/2023), a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos.



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Associação Nacional da Guarda Portuária do Brasil (ANGPB)	<p>Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como CANDIDATA, a organização não atendeu ao item 3.1, inciso IV, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Item 3.1, inciso IV: Não foi comprovada atuação no tema de enfrentamento ao tráfico de pessoas e / ou contrabando de migrantes, seja por meio de ações desenvolvidas, publicações, pesquisas ou outras formas de produção de conhecimento. O relatório de atividades e os demais documentos apresentados mencionam apenas ações futuras que podem ser desenvolvidas em relação ao tráfico de pessoas, mas a atuação específica nos temas não restou documentada.	<p>Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Item 3.2, inciso I: Não foi comprovada atuação no tema de direitos humanos, seja por meio de ações desenvolvidas, publicações, pesquisas ou outras formas de produção de conhecimento. O relatório de atividades e os demais documentos apresentados não fazem menção a esse tema.
Instituto MOVRIO	<p>Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como CANDIDATA, a organização não atendeu ao item 3.1, inciso IV, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Item 3.1, inciso IV: Não foi comprovada atuação no tema de enfrentamento ao tráfico de pessoas e / ou contrabando de migrantes, seja por meio de ações desenvolvidas, publicações, pesquisas ou outras formas de produção de conhecimento. O relatório de atividades e os demais documentos apresentados mencionam apenas o registro de algumas denúncias	Sim



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

	possivelmente relacionadas ao tráfico de pessoas, mas a atuação específica nos temas não restou documentada.	
Movimento Internacional de Juventudes (MOV)	<p>Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como CANDIDATA, a organização não atendeu ao item 3.1, incisos II e IV, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Item 3.1 - inciso II: De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (27/01/2024), a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos.• Item 3.1 - inciso IV: Não foi comprovada atuação no tema de enfrentamento ao tráfico de pessoas e / ou contrabando de migrantes, seja por meio de ações desenvolvidas, publicações, pesquisas ou outras formas de produção de conhecimento. O relatório de atividades e os demais documentos apresentados não fazem menção a esses temas.	<p>Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como ELEITORA (no caso de CANDIDATA inabilitada), a organização não atendeu ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Item 3.2 - inciso I: De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (27/01/2024), a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos.
Ordem dos Advogados do Brasil Seção Mato Grosso do Sul	<p>Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como CANDIDATA, a organização não atendeu ao item 3.1, caput:</p> <ul style="list-style-type: none">• Item 3.1 - caput: De acordo com natureza jurídica constante no Cartão do CNPJ, a organização é	<p>Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, caput:</p> <ul style="list-style-type: none">• Item 3.2 - caput: De acordo com natureza jurídica constante no Cartão do CNPJ, a organização é



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

	<p>Autarquia Federal, integrando a Administração Pública e, portanto, não se enquadra como Organização da Sociedade Civil (OSCs), nos termos dos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 13.019/2014 (MROSC).</p> <p>Além disso, a organização não atendeu ao item 1.1, em conjunto com o item 5.2 do Edital, que estabelecem a seleção pública de Organização da Sociedade Civil (OSCs) e determinam a observância integral de todas as disposições editalícias.</p>	<p>Autarquia Federal, integrando a Administração Pública e, portanto, não se enquadra como Organização da Sociedade Civil (OSCs), nos termos dos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 13.019/2014 (MROSC).</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

2. Das organizações inscritas como ELEITORAS:

- 2.1. Não foram registradas organizações habilitadas na condição de ELEITORAS.
- 2.2. Foram **inabilitadas as 06 (seis) organizações inscritas como ELEITORAS**, conforme a tabela:

ELEITORAS INABILITADAS	
Razão Social	Fundamentação do indeferimento da inscrição
Instituto Cidadania360	Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente: <ul style="list-style-type: none">Item 3.2 - inciso I: De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (14/05/2025), verifica-se que a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos. Ademais, não restou comprovada a atuação no campo de defesa e proteção dos direitos humanos, em desacordo não apenas com o presente dispositivo, mas também com o item 4.5, inciso IV, do Edital, tendo em vista que não foi apresentado Relatório de Atividades da própria organização, documento essencial para evidenciar as ações efetivamente desenvolvidas.
Instituto EKO	Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

	<ul style="list-style-type: none">• Item 3.2 - inciso I: De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (14/05/2025), verifica-se que a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos. Ademais, não restou comprovada a atuação no campo de defesa e proteção dos direitos humanos, em desacordo não apenas com o presente dispositivo, mas também com o item 4.5, inciso IV, do Edital, tendo em vista que não foi apresentado Relatório de Atividades da própria organização, documento essencial para evidenciar as ações efetivamente desenvolvidas.
Instituto Medusa	<p>Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Item 3.2 - inciso I: De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (14/05/2025), verifica-se que a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos. Ademais, não restou comprovada a atuação no campo de defesa e proteção dos direitos humanos, em desacordo não apenas com o presente dispositivo, mas também com o item 4.5, inciso IV, do Edital, tendo em vista que não foi apresentado Relatório de Atividades da própria organização, documento essencial para evidenciar as ações efetivamente desenvolvidas.
Instituto MovMUN	<p>Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Item 3.2 - inciso I: De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (14/05/2025), verifica-se que a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos. Ademais, não restou comprovada a atuação no campo de defesa e proteção dos direitos humanos, em desacordo não apenas com o presente dispositivo, mas também com o item 4.5,



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

	inciso IV, do Edital, tendo em vista que não foi apresentado Relatório de Atividades da própria organização, documento essencial para evidenciar as ações efetivamente desenvolvidas.
Instituto Potencializa	<p>Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Item 3.2 - inciso I: De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (14/05/2025), verifica-se que a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos. Ademais, não restou comprovada a atuação no campo de defesa e proteção dos direitos humanos, em desacordo não apenas com o presente dispositivo, mas também com o item 4.5, inciso IV, do Edital, tendo em vista que não foi apresentado Relatório de Atividades da própria organização, documento essencial para evidenciar as ações efetivamente desenvolvidas.
Instituto TechMOV	<p>Considerando os critérios para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Item 3.2 - inciso I: De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (14/05/2025), verifica-se que a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos. Ademais, não restou comprovada a atuação no campo de defesa e proteção dos direitos humanos, em desacordo não apenas com o presente dispositivo, mas também com o item 4.5, inciso IV, do Edital, tendo em vista que não foi apresentado Relatório de Atividades da própria organização, documento essencial para evidenciar as ações efetivamente desenvolvidas.



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

3. Em síntese, ao todo, **11 (onze) organizações estão aptas** preliminarmente a participar da próxima fase (Encontro Nacional), assim distribuídas:

3.1. 10 (dez) CANDIDATAS habilitadas:

- i. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA
- ii. Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude – ASBRAD
- iii. Aliança Nacional LGBTI+
- iv. Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro
- v. Cáritas Foz do Iguaçu
- vi. Círculos de Hospitalidade
- vii. CAMI – Centro de Apoio e Pastoral do Migrante
- viii. Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento – PADF
- ix. Instituto Social Ágatha em Defesa da Mulher
- x. Projeto Resgate

3.2. 01 (uma) ELEITORA habilitada:

- i. Instituto MOVRIIO
4. As organizações inabilitadas poderão interpor recurso, com a devida fundamentação, e anexar os documentos pertinentes, se for o caso, no **prazo de 08 a 12 de setembro de 2025**, por intermédio de peticionamento eletrônico no mesmo processo de inscrição, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no link: <http://sei.protocolo.mj.gov.br>.

Secretaria-Executiva do CONATRAP

Comissão Eleitoral do CONATRAP

